



## REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

### **ÀS CANDIDATAS E AOS CANDIDATOS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2024.**

A **REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE** foi criada em 2022 a partir da convergência de diferentes organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos, entidades acadêmicas, partidárias e apartidárias comprometidas com a justiça social e ambiental. Fazendo frente à tendência de mercantilização dos serviços de água e saneamento, que se consolida com a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto no estado do Rio de Janeiro, em 2021, a **REDE** manifesta suas preocupações e apresenta uma agenda de propostas e compromissos em defesa da água como Direito Humano e Bem Comum, com o objetivo de requerer que candidatas e candidatos aos cargos de vereador/a e prefeito/a no pleito municipal de 2024 assumam a pauta em seus programas de campanha e planos de ações.

### **COMPROMISSO E PROPOSTAS NA DEFESA DA ÁGUA COMO DIREITO HUMANO E BEM COMUM:**

- ÁGUA E SANEAMENTO SÃO DIREITOS HUMANOS:** o acesso à água e ao saneamento é um Direito Humano fundamental, ou seja, esses serviços são essenciais para todas as esferas da vida e ninguém pode ser excluído desse acesso. Portanto, a garantia do direito humano à água e ao saneamento é incompatível com a privatização desses serviços essenciais. A universalização dos serviços e a gestão pública devem ser prioridades.
- A UNIVERSALIZAÇÃO DEVE SER UMA META EXEQUÍVEL:** os contratos de concessão dos serviços essenciais de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário no Rio de Janeiro deixam de fora grande parte da população de favelas, o que de partida já inviabiliza o objetivo da universalização até o final de 2033, conforme disposto na Lei 11.445/2007. Para a garantia da universalização é indispensável e urgente a reestatização desses serviços no estado, acompanhada de um efetivo controle social.
- REJEIÇÃO À FINANCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO:** a privatização dos serviços de água e saneamento coloca elementos tão essenciais à vida no mesmo patamar de uma mera mercadoria, controlada por empresas de capital transnacional que objetivam apenas a maximização dos lucros e pagamentos de dividendos a seus acionistas. Vale destacar que os cinco grandes grupos privados do setor no país (AEGEA, IGUÁ, ÁGUAS DO BRASIL, BRK AMBIENTAL e EQUATORIAL), são controlados por instituições financeiras. Nesse cenário, não há dúvidas sobre a tendência de aumento da desigualdade no acesso ao direito humano à água e ao saneamento, com impactos significativamente maiores para população que vive em áreas como periferias e favelas, justamente aquelas que mais necessitam de investimentos nesses serviços, e onde apresentam maiores índices de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. É necessário expor os abusos econômicos e as violações do direito humano à água e ao saneamento perpetrados por esses grupos privados, lutando contra qualquer modelo que envolva a mercantilização e privatização de serviços públicos, em especial de bens e serviços essenciais à vida.
- CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO E INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL:** é imprescindível defender a criação e/ou o fortalecimento de instâncias que possibilitem a participação ativa da sociedade civil no controle social efetivo sobre a gestão dos serviços de água e

saneamento em âmbito municipal e metropolitano, como meio para garantir a transparência e defesa dos interesses populares.

- 💧 **ESTABELECIMENTO DE UM FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO COM A GARANTIA DE ACESSO A RECURSOS:** é urgente a criação de um fundo dedicado à melhoria e expansão dos serviços de água e saneamento em áreas não atendidas pelas empresas concessionárias, enquanto não se efetiva a reestatização dos serviços. Este fundo deve ter acesso a recursos e garantir investimentos contínuos da infraestrutura e na ampliação das políticas de Tarifa Social e garantia do mínimo vital de água.
- 💧 **TRANSPARÊNCIA SOBRE ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM AS OUTORGAS VARIÁVEIS:** no contrato de concessão firmado no ano de 2021, se estabeleceu além da outorga fixa, apresentada durante o leilão, a outorga variável. Neste caso, as concessionárias são obrigadas a repassarem parte do somatório das receitas das tarifas faturadas mensalmente, sendo 0,5% à Agência Reguladora AGENERSA - Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), 3% aos municípios concedentes e 0,5% ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Atualmente não há um procedimento regular que apresente quanto as prefeituras, a AGENERSA e o Fundo Metropolitano arrecadam mensalmente e como esses recursos são aplicados.
- 💧 **AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA DE TARIFA SOCIAL E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DO MÍNIMO VITAL DE ÁGUA:** a ampliação da tarifa social deve beneficiar o maior número de famílias possíveis, evitando o crescente endividamento e comprometimento da renda familiar com o pagamento de contas de água/esgoto cada vez mais caras, assim como a instituição da política do mínimo vital de água deve assegurar um volume básico e essencial para a sobrevivência de todas/os. Tais políticas de garantia de expansão da tarifa social e do mínimo vital de água não podem ser justificativas para uma majoração linear das tarifas de água pelas concessionárias privadas.
- 💧 **DESPOLUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS:** é imperativo priorizar a despoluição e conservação dos mananciais, rios e da própria Baía de Guanabara para proteger a qualidade da água e a saúde ambiental, reduzindo a vulnerabilidade hídrica do estado.
- 💧 **PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS:** as políticas públicas municipais devem ser inclusivas, garantindo que áreas total ou parcialmente não urbanizadas e mais vulnerabilizadas sejam devidamente contempladas nos planos de saneamento e de ampliação da infraestrutura de água e de esgotamento sanitário.
- 💧 **POLÍTICAS DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS:** a gestão da água e do saneamento deve incorporar estratégias de adaptação e mitigação dos impactos provocados pelas mudanças climáticas, considerando os altos impactos para o meio ambiente, as populações, em especial as mais vulnerabilizadas, e para a gestão dos recursos hídricos.
- 💧 **DEFESA DA CONTINUIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DO SANEAMENTO, NOS MUNICÍPIOS QUE NÃO ADERIRAM AO PROCESSO DE CONCESSÃO:** pelo menos 16 municípios do estado do Rio seguem operando seu serviço de abastecimento de água e esgotamento por meio de contrato com a CEDAE. Importante que as candidaturas nesses municípios se comprometam com a defesa da continuidade da gestão pública do saneamento em suas cidades.
- 💧 **A LUTA PELA REESTATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO A PARTIR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:** embora a luta pela reestatização do serviço de saneamento envolva a totalidade dos 46 municípios do estado do Rio (da área de concessão), é inegável o peso político e econômico da capital, no sentido da garantia do atual modelo de concessão em blocos, tendo a cidade do Rio de Janeiro o papel de carro-chefe de cada um dos blocos. Importa que as candidaturas à vereança e prefeitura na cidade se comprometam em exigir que a Fundação Rio Águas, responsável pela fiscalização do setor, assuma o seu papel no sentido de exigir das concessionárias que cumpram, pelo menos, as metas contratuais de investimento, bem como de coibir os abusos econômicos e as violações de

direitos que vêm sendo perpetrados pelas concessionárias privadas. Ao mesmo tempo, cabe às candidaturas do município se manifestarem publicamente contra qualquer tentativa de privatização da CEDAE, como já ventilado pela atual gestão da empresa e do próprio governo estadual.

A **REDE** apela para que todas/os as/os candidatas/os considerem estas propostas em seus programas de ação e se comprometam a trabalhar por cidades que assegurem o direito à água e ao saneamento para todas/os, indiscriminadamente, contribuindo para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

Nos colocamos disponíveis para dialogar e colaborar na formulação e implementação dessas políticas. Contamos com seu compromisso para a construção de um futuro justo e digno, que garanta a **água como um pilar básico da vida, um Direito Humano, e não como mercadoria!**

## REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

Conheça mais sobre a **REDE** em:



@redevigilanciapopular



redevigilanciapopular2023@gmail.com

Acesse o *QRCode* para saber as organizações que compõem a **REDE** e participe você também:

